



Saúde e Sociedade

ISSN: 0104-1290

ISSN: 1984-0470

Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
Associação Paulista de Saúde Pública.

Porcino, Carlos Alberto; Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas; Oliveira, Jeane Freitas de
Representações sociais de universitários sobre a pessoa travesti
Saúde e Sociedade, vol. 27, núm. 2, 2018, Abril-Junho, pp. 481-494
Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública.

DOI: 10.1590/S0104-12902018169303

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263851015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Representações sociais de universitários sobre a pessoa travesti

Social representations of university students on travesti people

Carlos Alberto Porcino^a

^aUniversidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde. Escola de Enfermagem. Salvador, BA, Brasil.

E-mail: carlos.porcino@outlook.com

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho^b

^bUniversidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes, Ciências Professor Milton Santos. PPG Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador, BA, Brasil.

E-mail: therezacoelho.ihac@gmail.com

Jeanne Freitas de Oliveira^c

^cUniversidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde. Salvador, BA, Brasil.

E-mail: jeane.foliveira@outlook.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo apreender as representações sociais de graduandos em saúde acerca da pessoa travesti. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada no referencial teórico das representações sociais, privilegiando a teoria do núcleo central. Participaram da pesquisa 243 estudantes, sendo 167 mulheres e 76 homens, com idade entre 18 e 63 anos. Realizou-se um teste de associação livre de palavras com a expressão indutora “pessoa travesti”, cujos dados foram processados pelos softwares EVOC e IRAMUTEQ. A interpretação dos resultados dispostos no quadro de quatro casas permitiu-nos identificar o forte valor simbólico e afetivo dos campos semânticos “mulher”, “diferente”, “opção”, “transformação” e “alegria”, apresentados pelos estudantes, visto que explicitam particularidades do objeto representado. O preconceito foi caracterizado como o principal elemento enfrentado diariamente por quem se expressa enquanto tal. Os elementos que estruturam o núcleo central não revelam diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero, por parte dos graduandos.

Palavras-chave: Travestis; Representações Sociais; Associação Livre.

Correspondência

Carlos Alberto Porcino

Rua Dr. Augusto Viana, s/n, 7 andar, Campus Universitário do Canela. Salvador, BA, Brasil. CEP 40110-060.

Abstract

This study sought to understand social representations of undergraduate students in health education in relation to transvestite people. This is a qualitative study based on the theoretical framework of social representations, favoring the core theory. 243 students participated of the study, from which 167 were women and 76 men, aged from 18 to 63 years. The free-association test was performed using the key expression “transvestite people”, the data was processed using the programs EVOC and IRAMUTEQ. The results were interpreted in a four-column table and allowed the identification of the strong symbolic and emotional value of the semantic fields “woman”, “different”, “option”, “transformation” and “joy”, presented by the students, since these express the peculiarities of the represented object. Prejudice was characterized as the main element faced daily by those who express themselves as travestis. The elements structuring the central core did not reveal any distinction between sexual orientation and gender identity by the undergraduates.

Keywords: Travestis; Social Representations; Free-association.

Introdução

Desde a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), em suas diversas redes de atenção, profissionais de saúde têm encontrado dificuldades para lidar com questões relacionadas às pessoas transgêneras, mais especificamente travestis e transexuais. Na tentativa de contribuir para sensibilizar e coibir o preconceito no atendimento dispensado por profissionais a esse segmento populacional, o Ministério da Saúde, em parceria com o movimento social organizado, lançou, em 2004, a primeira campanha nacional com o seguinte slogan: “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.” (Brasil, 2004).

Em 2010, nova campanha é lançada por meio do Ministério da Saúde com o slogan “Sou travesti: tenho direito de ser quem eu sou” (Brasil, 2010). No entanto, há mais de uma década, após o lançamento da primeira campanha, as mudanças no que se refere ao acolhimento e respeito ainda são incipientes, pois as expressões e identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais, no setor saúde, nem sempre são respeitadas e levadas em consideração, apesar de a Constituição Federal de 1988 assegurar o acesso à saúde como um direito de todos e dever do Estado. Essa garantia também é retratada no terceiro princípio da *Carta dos direitos dos usuários da saúde*, do seguinte modo: “todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação” (Brasil, 2007).

Neste artigo não privilegiaremos definições *a priori* acerca das travestilidades, por compreendermos que elas se configuram enquanto modos de identificação, expressão e experiências plurais e por concordarmos com Lopes (1995, p. 28), que pontua: “quando falo em travestis, a sensação de simplificar um universo tão diverso me incomoda”. Ao mesmo tempo, o atendimento¹ psicoterapêutico dispensado a pessoas transexuais e travestis na Associação de Travestis de Salvador (Atras) possibilitou a compreensão de que a conformação anatômica da genitália não determina o gênero à identidade de gênero. Nesse aspecto, as obras de Judith Butler (2003, 2005), Larissa Pelúcio (2009),

1 Atividade voluntária desenvolvida desde 2010, através da oferta de atendimento psicoterapêutico a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e outros encaminhamentos, na Associação de Travestis de Salvador (Atras)/Grupo Gay da Bahia (GGB).

Berenice Bento (2014, 2017) e Raewyn Connell (2016) têm sido de fundamental importância na construção de uma base teórica capaz de refutar argumentos “normativos” calcados na “natureza”, na perspectiva de que a anatomia não sela o destino das pessoas e nem define/impõe a orientação sexual e/ou prática sexual, como costumeiramente se preconiza. A reivindicação da identidade de gênero travesti se constitui como mais uma possibilidade de expressão e reconhecimento para aquela(s) que assim se autoidentificam. Deve-se considerar ainda o contexto cultural em que os corpos se inserem, pois a “naturalidade” se dá por meio da produção discursiva e de atos, gestos, vestimentas e “maneirismos” com a finalidade de “(re)construção” e estabilização dessas identidades que se manifestam e atribuem significados às performatividades corporais. Ressalta-se, entretanto, que de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2015), as identidades trans e travestis não se constituem como condição psicopatológica e que perpassam pela autodeterminação; em outras palavras, é a própria pessoa que se autodenomina e define o gênero/identidade a que sente pertencer.

Parafraseando Simone de Beauvoir (1980), assim como não se nasce mulher ou homem, não se nasce travesti, “torna-se” travesti. Com efeito, as tecnologias utilizadas para alterar ou modificar seus corpos não podem ser reduzidas apenas aos seus aspectos técnicos, pois “o corpo travesti não se configura como epifenômeno da identidade de gênero, antes é condição para sua existência” (Bento, 2009, p. 19). À medida que investem dinheiro, tempo e emoção nesse processo, elas não concebem o corpo apenas como um mero sustentáculo de sentidos. É através do corpo “que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se reproduzem enquanto sujeitos[as]” (Benedetti, 2005, p. 55). As redes de sociabilidades, nesse contexto, tornam-se condições importantes, uma vez que essas experiências são vivenciadas entre si, de modo singular.

Caracterizado pela informalidade, o senso comum, além de se apresentar como uma forma de conhecimento prático, deriva de ações cotidianas. Possibilita também a reelaboração e criação de imagens através do pensamento representativo e transforma conhecimentos produzidos em campos

simbólicos específicos, geradores de ações sociais, de modo a tornar algo não familiar em familiar (Alexandre, 2000). Seguindo esse raciocínio, Berger e Luckmann (2004) reiteram que esse conhecimento orienta as práticas dos sujeitos, além de ser a principal fonte de ação humana na sociedade.

Ante o exposto, os padrões vigentes em nossa sociedade, em que o “natural” é a heteronormatividade, fazem com que “elas [as travestis] sejam alvos do poder que procura enquadrá-las à norma ou ainda colocá-las fora de qualquer possibilidade digna de existência” (Cabral; Silva; Ornat, 2013, p. 275). Partindo desse pressuposto, percebe-se que formas de controle e assujeitamento emergem e contribuem na despotencialização das travestilidades (Lima, 2014). Em função das singularidades, especificidades e demandas, os serviços de saúde nem sempre dão conta dos determinantes sociais que interferem no processo de saúde-doença (Ayres; Paiva; Buchalla, 2012). Nesse sentido, entre outras atividades, cabe ao profissional de saúde assegurar a não violação dos direitos de pessoas travestis e transexuais, no âmbito desses serviços, assim como promover e institucionalizar práticas que possam garantir o acolhimento e o atendimento de modo equânime.

O Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA) emerge a partir do momento em que o projeto “UFBA Nova” começa a tomar forma com a sua apresentação aos órgãos deliberativos da universidade. Essa proposta assinala uma transformação da atual arquitetura acadêmica da universidade brasileira e coteja a reestruturação do ensino de graduação através da implantação do regime de ciclos. Os Bacharelados Interdisciplinares se configuram em uma “alternativa avançada de estudos superiores que permitirão reunir em uma única modalidade de curso de graduação um conjunto de características que vem sendo requeridas pelo mundo do trabalho e pela sociedade” (Almeida Filho, 2007, p. 270).

Como etapa inicial de uma formação técnica em saúde, o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, seguramente comprometido com princípios da humanização e integralidade, apresenta-se como possibilidade para formar profissionais preparados para a contemporaneidade, em que princípios da solidariedade e equidade prevaleçam (Almeida Filho,

2007). Com isso, a preparação desse profissional, além de acontecer no decorrer da graduação, faculta a(o) egressa(o) competências gerais “relacionadas com a capacidade de ‘aprender a aprender’, competências cognitivas e habilidades específicas que permitem ao estudante compreender a complexidade do campo da saúde na contemporaneidade [...] como a luta pelos direitos humanos [...] e a valorização da diversidade cultural” (Teixeira; Coelho; Rocha, 2013, p. 1639).

O conceito de representação social proposto por Serge Moscovici (2012, 2013) e por Jean-Claude Abric (2000, 2003) se apresenta como elemento norteador deste trabalho. Esses pressupostos teóricos permitem apreender e compreender como aspectos relacionados à vida cotidiana são representados, inclusive os processos identitários. São essas representações que orientam os comportamentos e as comunicações (Moscovici, 2012). Por isso, elas cumprem um papel primordial no que concerne às dinâmicas e estratégias identitárias (Deschamps; Moliner, 2014). Considerando o contexto sociocultural, essas expressões e identificações são pautadas pela autorreferência e ultrapassam as barreiras que estão para além do indivíduo, pois as identidades não são mais determinadas com base em reificações grupais que definem indivíduos e os enlaçam. Os processos identitários, assim como suas atribuições, “são o produto, de duração variável, da interação social, mas em compensação, elas organizam a troca social” (Jodelet, 2009, p. 117).

Para Moscovici (2013), os sistemas de representações emergem da interação entre pessoas e grupos sociais. Uma vez constituídos, são internalizados e assimilados através do processo educacional “para fixar as similaridades essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, assim, uma certa homogeneidade para o sistema social” (Moreira; Souza Filho, 2001, p. 207). Se, por um lado, essa experiência (a partir da interação) fornece recursos e instrumentos para interpretar o que é experimentado e dá sentido àquilo que é vivenciado, em termos de pertencimento, por outro, permite passar do coletivo ao individual, sem perder de vista o lugar que cabe às representações sociais (Jodelet, 2005). Entretanto, Jesuíno (2014), por ocasião dos 50 anos da teoria desenvolvida por Moscovici, enfatiza que a aplicação de modo simplificado da teoria pode reduzir

as representações à mera cópia ou duplicação da realidade. Assim, à medida que se adota esse critério simplista, perde-se a possibilidade de distinguir as representações sociais de outras produções coletivas.

A propósito, se as identidades são construções sociais e do âmbito representacional, essa constituição ocorre dentro de contextos sociais que estabelecem posições de agenciamento e orientam tanto suas representações quanto suas escolhas (Cuche, 1999). Do mesmo modo, as identidades se difundem nos processos e relações sociais, além de se constituírem enquanto um acontecimento “que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (Berger; Luckmann, 2004, p. 230). No entanto, uma vez cristalizadas, mantêm-se, modificam-se e são remodeladas através das relações sociais. A essas identidades produzidas pela orientação individual e que reagem à estrutura social, por não corresponderem aos padrões heteronormativos, é negado o direito a se manifestarem. Consequentemente, são estereotipadas, humilhadas, desumanizadas e estigmatizadas (Bauman, 2005).

Segundo Moscovici (2013, p. 176-177), “a primazia das representações ou crenças, a origem social das percepções e das crenças e o papel, algumas vezes de coação, dessas representações e crenças” formam o pano de fundo a partir do qual a Teoria das Representações Sociais (TRS) emergiu e se desenvolveu. Assim, representar implica sempre, de modo intrínseco, um sujeito e um objeto e expressa, “a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presente as coisas ausentes e apresentar as coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa” (Moscovici, 2013, p. 216).

A representação social corresponde a uma organização significativa e não apenas a uma reflexão diminuta da realidade. Por tratar-se de um guia orientado para a ação, a representação norteia as relações sociais e ações, assim como determina comportamentos e práticas intergrupais. Apresenta-se, ainda, como uma visão de mundo em que não há distinção entre sujeito e objeto. É considerada como “um sistema de pré-codificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas” (Abric, 2000, p. 28). Por se constituírem enquanto sistemas teóricos que permitem aos indivíduos compreenderem, interpretar e se

situarem em relação aos contextos sociais em que se encontram inseridos, as representações possibilitam o acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais (Jodelet, 2009). Assim, considerando sua capacidade de expansão, as representações também permitem “captar, ao nível dos atributos intelectuais de uma coletividade, a expressão de sua particularidade” (Jodelet, 2001, p. 34).

A abordagem estrutural das representações sociais se configura em um dos desdobramentos e concentra “sua atenção em representações estabilizadas” (Deschamps; Moliner, 2014, p. 137). No entanto, Moscovici (2013, p. 219), ao retratar essa questão, pondera que elementos estáveis de ordem cognitiva compõem a representação social “em torno dos quais estão ordenados outros elementos cognitivos, ou esquemas periféricos [...] os primeiros expressam a permanência e uniformidade do social, enquanto os últimos expressam sua variabilidade e diversidade”. A designação do núcleo estruturante, ou central como também é conhecido, dar-se-á através da natureza do objeto e pelo tipo de relações que o grupo mantém com esse objeto, assim como pelo “sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo” (Abric, 2000, p. 31).

O núcleo central, por ser o elemento mais estável da representação, determina seu significado, sua consistência, permanência e resiste a mudanças. As modificações sofridas implicam transformação total da representação, o que o torna o elemento mais estável da mesma (Abric, 2003). A hierarquização é uma qualidade essencial do sistema central. Entre os elementos que o compõem, alguns são mais importantes que outros; em outras palavras, não possuem equivalência entre si. Nesse aspecto, somente critérios quantitativos não definem a centralidade de um ou mais elementos; “ao contrário, o núcleo central possui, antes de tudo, uma dimensão qualitativa” (Abric, 2000, p. 31), de modo a abarcar os termos mais frequentes e prontamente evocados.

O sistema periférico, por sua vez, é resultante da ancoragem da representação com o contexto social. Apesar de possuir limitações, “ele é mais leve e flexível. É a parte mais acessível e mais viva da representação” (Abric, 2003, p. 38). Sua função é essencial e se resume em concretizar, regular, prescrever comportamentos, personalizar e proteger o núcleo central. Os elementos

periféricos compõem, ainda, a parte operatória que constitui a representação e desempenham um papel fundamental na dinâmica de seu funcionamento. Seu caráter flexível é o que torna possível a transformação de uma representação, pois isso ocorre a partir dos elementos que compõem a periferia e não daqueles pertencentes ao possível núcleo central (Abric, 2003).

Assim, a partir do quadro apresentado, entende-se que o espaço onde está alocado o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA, bem como sua estrutura curricular, dividida em duas etapas de formação, uma geral e outra específica, perpassadas por um eixo que integra atividades complementares em paralelo às de orientação acadêmica e profissional, contribuem significativamente para o reconhecimento panorâmico das diversas áreas de investigação, práticas e profissões da saúde (UFBA, 2010). No decorrer do processo formativo, as múltiplas vivências proporcionadas às/aos estudantes através de atividades de extensão e Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), por exemplo, fornecem subsídios tanto à constituição da identidade profissional quanto à escolha para ingresso em um curso profissionalizante e/ou na pós-graduação (Teixeira; Coelho; Rocha, 2013). Nesse caso, a utilização das representações sociais proporciona um quadro de análise que permite compreender ou, ao menos, problematizar os desafios que se apresentam na atualidade. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo apreender as representações sociais sobre a pessoa transgênero entre estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA.

Aspectos metodológicos

Este é um estudo descritivo e exploratório, baseado nos princípios que sustentam a Teoria das Representações Sociais, privilegiando a teoria do núcleo central, desenvolvida por Jean-Claude Abric (2001). Na perspectiva dessa teoria, toda representação social se estrutura em torno de um ou alguns elementos de maior centralidade, que organizam os demais, constituindo-se em um duplo sistema composto por elementos centrais e periféricos. O núcleo central se configura como o elemento essencial da representação e atua como responsável por sua unificação e estabilidade (Sá, 2015).

Dentre as várias técnicas utilizadas para apreensão do núcleo central de uma representação social, neste trabalho optamos pela técnica da associação livre de palavras. Para isso, dois critérios quantitativos básicos são levados em consideração: a frequência e a ordem média das evocações. Sua combinação revelaria tantos os elementos periféricos quanto os possíveis elementos centrais de uma representação. Através dessa técnica, tem-se “por objetivo apreender a percepção da realidade de um grupo social a partir de uma composição semântica preexistente” (Oliveira et al., 2005, p. 573). Sua aplicação consistiu em solicitar a(o)s estudantes que, a partir do estímulo “pessoa travesti”, escrevessem até cinco palavras que lhes viessem rapidamente à mente. No momento seguinte, foi solicitado que hierarquizassem as palavras evocadas, numerando 1 para a mais importante, 2 para a segunda mais importante, até a quinta evocação. Após isso, solicitou-se que fosse atribuída a cada evocação uma conotação ou sentido, nos seguintes termos: positivo (+), negativo (-) ou neutro (+/-). Por fim, pediu-se que justificassem o porquê da palavra 1 escolhida ser a mais importante.

No tratamento das evocações, optou-se por agrupar o conteúdo semântico, objetivando homogeneidade e consistência analítica do *corpus*. Para a análise das evocações com base nos critérios de frequência e ordem média, foi utilizado o software EVOC na versão 2005[®], desenvolvido por Vergès (2003). Objetivando confirmar a centralidade dos elementos evocados para o termo indutor, utilizou-se a análise de similitude através do software IRAMUTEQ (Ratinaud; Marchand, 2012). Esse software permite visualizar em forma gráfica como os elementos determinantes da representação social se articulam entre si.

A seleção das/os participantes foi feita mediante critérios de inclusão estabelecidos previamente: estar matriculada/o no componente curricular “Campo da Saúde: Saberes e Práticas” - por tratar-se de um componente obrigatório e concentrar o maior número de estudantes -, e ter idade igual ou superior a dezoito anos. Esse componente curricular visa compreender e analisar a história e a organização do campo da saúde no Brasil, os sistemas de saúde, os modelos de atenção e a situação de saúde da população brasileira, bem como refletir sobre as novas propostas de práticas de saúde. Das 335 vagas ofertadas no semestre letivo

2014.2, 257 estudantes efetuaram a matrícula. Desse total, 243 responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP); 11 deixaram de colaborar por ter idade inferior a 18 anos e três não demonstraram interesse em participar do estudo. A coleta de dados foi realizada coletivamente, em sala de aula, em horário previamente combinado com docentes do respectivo componente curricular.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, sob o protocolo de nº 684.219/2014. A Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, foi atendida (Brasil, 2012). A participação das/os interlocutoras/es se deu de forma voluntária, após a leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como recurso para garantir a confidencialidade, as/os participantes foram designadas/os alfanumericamente.

Resultados e discussão

O grupo investigado foi composto majoritariamente por estudantes mulheres, na faixa etária entre 18 e 29 anos, natural de Salvador/BA, de cor parda, com maior concentração entre o 1º e o 3º semestres do curso, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais características da(o)s participantes da pesquisa que responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), (n=243). Salvador/BA, Brasil, 2016

Variáveis		N	%
Gênero	Mulher	167	68,7
	Homem	76	31,3
Faixa etária	18-29 anos	201	82,7
	30-39 anos	28	11,5
	40-49 anos	10	4,1
	≥50 anos	4	1,6
Naturalidade	Salvador	160	65,8
	Bahia (outras cidades)	59	24,3
	Não Bahia	24	9,9

continua...

Tabela 1 – Continuação

Variáveis	N	%	
Cor	Amarela	2	0,8
	Branca	36	14,8
	Indígena	4	1,6
	Parda	136	55,9
	Preta	65	26,9
Semestre	1 ao 3	207	85,1
	4 ao 6	36	14,9

Após o processamento das informações, verificou-se que a expressão “pessoa travesti” produziu, nos 243 estudantes participantes do estudo, um total de 1.215 palavras evocadas, das quais 249 são diferentes. Para a composição dos elementos estruturais foram desprezadas as evocações cuja frequência foi inferior a cinco, o que resultou em aproveitamento de 74,6%. A constituição dos valores para a composição do núcleo central e de elementos periféricos foi extraída do relatório *Rangmot* emitido pelo software EVOC: frequência mínima = 5, frequência intermediária = 22 e ordem média das evocações (OME) = 3,2. Ilustra-se, a seguir, a organização dos elementos oriundos das evocações através da elaboração do quadro de quatro casas (Tabela 2):

Os elementos que estão no primeiro quadrante - superior esquerdo - tendem a ser centrais por terem frequência mais elevada e menor ordem média de evocação quando comparados aos outros quadrantes. Somam 33,5% de todas as palavras evocadas, indicando homogeneidade no conteúdo das evocações, o que, de acordo com Reis et al. (2013), significa que foram referidas pela maioria da(o)s estudantes e ocuparam as primeiras posições, quando foram evocadas. No quadrante superior esquerdo destacam-se os elementos: “homossexual”, “mulher”, “diferente”, “opção” e “transformação”, evidenciando uma representação da pessoa travesti associada, entre outras coisas, à orientação sexual. O conjunto de palavras evocado sinaliza que, para o grupo investigado, “ser” e/ou “estar” travesti é ser uma “mulher” “diferente” por “opção”. Essa opção, pautada na/pela diferença produzida a partir de alterações/modificações corporais empreendidas, foi evocada como “transformação”, que requer conhecimento, apoio, dinheiro e o “direito de ser quem você quer ser, de transformar o próprio corpo, é o que gera a necessidade de lutar pelas outras coisas” (Boulevard, 2013, p. 79). Conceber a travesti desse modo pode implicar o não reconhecimento das travestilidades como uma identidade de gênero, pois “as travestis não querem ser homem nem mulher, não precisam [...] reivindicam a identidade travesti [...] todas dizem ‘sou travesti’” (Simpson, 2011, p. 114).

Tabela 2 – Configuração estrutural da representação sobre a “pessoa travesti”: elementos centrais e periféricos, entre estudantes universitária(o)s, Salvador/BA, Brasil, 2016 (n=243)

Elementos do núcleo central				Elementos da periferia			
Frequência ≥ 22 – OME < 3,0				Frequência ≥ 22 – OME ≥ 3,0			
Elemento	Posição	Freq.	OME	Elemento	Posição	Freq.	OME
Homossexual	-	66	2,076	Preconceito	-	94	3,138
Mulher	+	56	2,446	Coragem	+	29	3,034
Diferente	+/-	51	2,863	Gênero	+	23	3,130
Opção	+	50	2,940	Prostituição	-	22	3,545
Transformação	+	46	2,761				
Alegria	+	39	2,974				
Identidade	+	38	2,895				
Pessoa	+	32	2,438				
Homem	-	29	1,793				

continua...

Tabela 2 – Continuação

Elementos da zona de contraste				Elementos da 2 periferia			
Frequência <22 – OME <3,0				Frequência <22 – OME ≥3,0			
Elemento	Posição	Freq.	OME	Elemento	Posição	Freq.	OME
Transexual	+	20	1,950	Beleza	+	20	3,250
Liberdade	+	18	2,444	Respeito	+	19	3,105
Maquiagem	+	15	2,600	Violência	-	17	3,824
Sexualidade	+	12	2,833	Sexo	+/-	17	3,353
Arte	+	9	2,444	Roupa feminina	+	17	3,235
Diversidade	+	9	2,667	Luta	+	11	3,545
Fantasia	+/-	9	2,889	Boate	+/-	9	3,778
				Dificuldade	-	9	3,778
				Baixaria	-	9	3,444
				Inconformismo	-	9	3,444
				Aceitação	+	8	4,000
				Trabalhador	+	8	4,000

De modo geral, quando há referência às homossexualidades, não se pode perder de vista o conjunto de relações implicadas, de modo a ressaltar preconceitos, como por exemplo: identidade, gênero, papéis sociais e sexuais. O homossexual masculino, pelo senso comum, não deixa de ser associado à feminilidade, mesmo que “borrada”.

Os demais elementos que integram o respectivo quadrante – “alegria”, “identidade” e “pessoa” – reforçam a perspectiva de uma identidade lúdica e permitem inferir que, para viver e se expressar em uma sociedade em que se é vista e notada como “diferente”, é necessário ser “alegre” e, como “pessoa”, ter uma “identidade”. No entanto, concebê-la desse modo pode contribuir para a simplificação de sua existência, associada, de modo restrito, ao sentimento de alegria.

No que se refere à posição, ou seja, a conotação ou sentido atribuído às evocações, “diferente” foi apontado como positiva/negativa; “homossexual” e “homem”, negativa; enquanto que as demais foram consideradas positivas à medida que foram associadas à pessoa travesti. Entre as/os estudantes, apesar de ter

sido associada aos termos “homossexual” e “homem”, considerados negativos para a imagem da travesti, pautada por uma identidade feminina, fica explícito quão importante é “passar” sem ser percebida ou notada. A “passabilidade”² é compreendida no sentido de se “passar por”; nesse caso, “ser vista” ou “passar” como mulher, considerando que “qualquer qualidade que você possa ter cai por terra quando alguém olha para você e estranha sua forma de ser” (Boulevard, 2013, p. 79). Para isso, investem tempo e dinheiro no sentido de suprimir características ou atributos que possam “denunciar” a sua condição. Assim, faz-se necessário ressaltar, como apontam Geisler e Martins (2015), que as diferenças produzidas nas/pelas experiências corporais se configuram em processos complexos multicausais interseccionados nas singularidades, a partir de vivências individuais. Dessa forma, a hipótese de centralidade da representação está ancorada em conteúdos e aspectos relacionados à orientação sexual, considerando que a pessoa tem a “opção”

2 O termo “passabilidade” é utilizado neste trabalho na acepção proposta por Letícia Lanz (2015, p. 421): “termo que traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi con[de]signado ao nascer”.

de melhor adequar as conformações corporais condizentes com a identidade que reivindica para si.

No quadrante superior direito, o elemento “preconceito” apresenta frequência superior à do núcleo central, porém evocado mais tardiamente, o que é indicado pela ordem média de evocação igual ou maior que 3,0. Nesse quadrante, destacam-se as palavras “preconceito”, “coragem”, “gênero” e “prostituição”, perpassadas pela dimensão psicológica no que diz respeito aos papéis, expressões e atitudes psicossociais.

Quanto à posição, os termos “preconceito” e “prostituição” foram considerados negativos, enquanto “coragem” e “gênero”, positivos. Esses elementos remetem ao primeiro quadrante, no que tange à estreita relação entre “preconceito” e “diferente”, pois “ser” e/ou “estar” travesti é viver fora das normas. Nesse caso, entende-se que os termos “coragem” e “prostituição” representam, respectivamente, elementos essenciais para a (sobre) vivência como possibilidade de existência, assim como para enfrentar preconceitos em função de sua identidade gênero-divergente, por um lado, e daqueles decorrentes da prática/vivência na “prostituição”, por outro. Nesse aspecto, qualquer transgressão a essa normalização é olhada “com preconceito e discriminação. Como as travestis rompem com o muro entre o masculino e feminino, são colocadas sempre à margem da sociedade” (Simpson, 2015, p. 10).

O termo “preconceito”, elemento com a frequência mais elevada, foi evocado 94 vezes entre a(o)s estudantes e representa 11,72% em relação aos 74,6% dos termos aproveitados. Atribuir a ele uma conotação negativa reflete sensibilidade para com a pessoa travesti, à medida que expressam: “o corpo da pessoa só deve razão a ele [ela]” (EH82). Para isso, “devemos acabar com essa atitude, respeitar escolhas, comportamentos e identificações diferentes das pessoas, romper com o preconceito” (EM142). Assim, “o não conhecimento do outro nos levam ou nos induzem ao preconceito. É preciso conhecer o indivíduo [a pessoa] e suas formas de vida antes de rotular este [esta] por suas condições” (EH132).

No quadrante inferior esquerdo (zona de contraste), aparecem os elementos com frequência menor que 22 e ordem média inferior a 3,0. O conjunto de palavras que compõe esse quadrante, apesar de terem sido prontamente evocadas, possui uma frequência baixa:

“transexual”, “liberdade”, “maquiagem”, “sexualidade”, “arte”, “diversidade” e “fantasia”. Com exceção do elemento “fantasia”, que ocupa uma posição “neutra”, os demais foram pontuados como positivos. Esses elementos revelam a dimensão psicossocial das travestilidades – considerando o aspecto imagético dos termos evocados – e, ao mesmo tempo, traduzem que o grupo investigado representa as travestilidades e as transexualidades como situações similares. Essa confusão de ideias também foi observada em estudo sobre representações das transexualidades, desenvolvido por Matão et al. (2010), entre estudantes de enfermagem e medicina, que associaram o termo indutor à pessoa travesti, “homossexual” e “preconceito”, para citar alguns.

O quadrante inferior direito, denominado de segunda periferia, foi composto por doze elementos com conotações heterogêneas. Representam 12,6% do total de evocações, assim distribuídas segundo a posição: as consideradas positivas, com 54,2%; negativas, 28,8%; e as neutras, 17%. Vale ressaltar que, apesar daquelas consideradas negativas – “violência” e “dificuldade” – ocuparem a segunda posição, parecem estar inter-relacionadas às “possíveis” dificuldades, tensionamentos, resistências e enfrentamentos por “ser” ou “estar” travesti, exceção feita aos termos “inconformismo” e “baixaria”. Este último foi associado a questões que envolvem a moralidade, o caráter e a personalidade, enquanto que o anterior parece ter sido referido em função de a pessoa reivindicar para si uma identidade de gênero que não está em conformação com sua genitália. Esses aspectos, de certa forma, caracterizam a estrutura da representação social acerca da pessoa travesti.

Convém ressaltar que, a partir da interpretação dos resultados dispostos no quadro de quatro casas (Tabela 2), os termos “mulher”, “diferente”, “opção”, “transformação” e “alegria” parecem explicitar particularidades do objeto representado, revelando o valor simbólico e afetivo dos campos semânticos. Nas palavras de Moscovici (2012, p. 60), “a estrutura de cada representação nos parece desdobrada, ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto o retro e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica”. Por esse ângulo, são ilustradas a objetivação e a ancoragem, processos essenciais na construção de uma representação. Assim, se por um

Com base nas evocações, foi possível identificar o valor associativo atribuído a esses elementos a partir de uma dimensão normativa que designa elementos essenciais para “ser” ou “estar” travesti. Nesse sentido, à medida que se observa o quadrante superior direito, o mais relevante depois do núcleo central, considerando a estreita relação estabelecida entre eles, percebe-se que os elementos “preconceito”, “coragem” e “gênero” estreitamente se associam à “homossexual”, “mulher”, “diferente” e “transformação”. Na perspectiva da teoria, se o sistema central é normativo e constituído pelos valores diretamente associados ao objeto a partir de valores individuais, o sistema periférico permite que a representação seja ancorada e integrada às

Para verificação da centralidade dos elementos, a partir das evocações apreendidas acerca da pessoa travesti, utilizou-se a análise de similitude, que se baseia na teoria dos grafos, e permite identificar as coocorrências através da análise frequencial entre as evocações, resultante da conexidade entre elas (Camargo; Justo, 2013). Essa sistematização advém do cruzamento das frequências com a ordem em que foram evocadas e retrata a complexidade cognitiva a que o processo de evocação foi submetido. Podemos observar, na Figura 1, que as palavras em destaque – considerando o tamanho – e em negrito demonstram maior centralidade e importância para a ligação estabelecida entre os elementos. Assim, quanto maior o tamanho da fonte, maior a sua frequência e contribuição para a formação das conexões da respectiva árvore.

A estrutura da árvore máxima de similitude sublinha a centralidade da ideia de “preconceito” no campo representacional em análise e demonstra forte relação entre os seguintes elementos: “diferente”, “pessoa”, “identidade”, “transformação”, “opção”, “mulher”, “homem”, “alegria”, “gênero” e “homossexual”. Desses, apenas o termo “gênero” não integra o núcleo central, o que reforça a centralidade entre “preconceito” e os demais elementos, a partir das sete ramificações expressivas que estabelecem entre si.

A disposição dessa árvore, além de revelar a variedade de sentidos, valores e símbolos, denota estreita articulação entre os diversos elementos. Nesse sentido, à medida que o elemento “preconceito” forma um triângulo com os termos “diferente”, “transformação” e “opção”, isso parece ser atribuído em função de a pessoa expressar-se, autoafirmar-se e/ou identificar-se como travesti, o que torna essa vivência “marcada” por preconceitos, constrangimentos, agressão e exclusão. Desse modo, “ser” ou “estar” travesti explícita (in)subordinação a normas e códigos heterossexistas que expõem essas vivências ao sentimento de inferioridade, considerando o constrangimento social, pois “se a experiência trans é atravessamento da inscrição de gênero, aqui, corpo vira tanto passagem como paisagem” (Vergueiro, 2015, p. 78).

Assim como a psicanálise, na França, demorou aproximadamente meio século para ser integrada ao senso comum (Moscovici, 2012), a mudança, no que se refere às travestilidades como identidade de gênero, também deve demorar algum tempo para ser incorporada ao pensamento cotidiano da população. Nesse aspecto, a universidade tem um papel fundamental na ressignificação de pensamentos hegemônicos através da renovação de conceitos e ações. De modo especial, a incorporação de temas transversais relacionados ao gênero, identidades de gênero, sexualidades, direitos sexuais e reprodutivos, nos componentes curriculares dos cursos de formação superior em saúde, pode se constituir em uma ação que contribua para mudanças nas representações sociais acerca dessa temática.

Dada a complexidade do objeto em estudo, que mobiliza imagens e afetos, as disposições e decisões pessoais podem impactar nas práticas desenvolvidas,

em função dos processos psicossociais e coletivos que atravessam aquela(s) que cuidam e a(o)s que são cuidada(o)s. Desse modo, “é um desafio estabelecer estratégias de ação que se associam à busca da diminuição da vulnerabilidade sem envolver-se com o modo de vida das travestis” (Rocha; Pereira; Dias, 2013, p. 563). O acolhimento e dispensa de cuidados devem ser condizentes com as reais necessidades da pessoa. É evidente que, para que esse atendimento se torne efetivo, com a aplicação de técnicas que beneficiem as pessoas travestis, é necessário contar com a disposição tanto da(o) profissional quanto da pessoa atendida. Assim, do mesmo modo que os estudos de representações sociais permitem uma aproximação com o objeto representado, também possibilitam a desnaturalização de representações hegemônicas. Ressalta-se que a escassez de estudos nacionais e internacionais sobre as travestilidades, transexualidades ou transgeneridades e não identificação de estudos com foco na teoria das representações sociais, não permitiu a realização de uma discussão comparativa.

Considerações finais

O estudo das representações sociais acerca da pessoa travesti, entre a(o)s estudantes pesquisada(o)s, nos permitiu observar a realidade na perspectiva daquela(s) que se propõem, futuramente, à dispensa de cuidados, assim como o cruzamento entre o saber científico e a realidade sociocultural. Neste estudo, os elementos que estruturam o núcleo central das representações sociais sobre a travesti – “homossexual”, “mulher”, “diferente”, “opção”, “transformação”, “alegria”, “identidade”, “pessoa” e “homem” – refletem que o grupo investigado não diferencia a orientação sexual da identidade de gênero. Ademais, fica evidente a reprodução de aspectos culturais e sociais, permeada pela determinação biológica centrada na denominação homem/mulher. Vale destacar ainda que o elemento “preconceito”, apesar de não compor o núcleo central, foi o termo mais evocado (94 vezes) entre as/os estudantes, o que revela sua interação com o núcleo central e a realidade, assegurando que as representações são ancoradas na vida prática. Convém ressaltar que, apesar de nenhum(a)

participante ter se autorreferido enquanto travesti, compreenderam que o “preconceito” se caracteriza como o principal elemento enfrentado diariamente por quem se expressa enquanto tal.

Esta análise descritiva e exploratória, apesar de não ser representativa da população universitária, desvenda elementos importantes sobre as representações de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, possibilitando reflexões acerca das identidades gênero-divergentes, no que se relaciona ao impacto no processo de acolhimento e dispensa de cuidados no âmbito da saúde. Torna-se necessário, portanto, a introdução das temáticas relacionadas às “transidentidades” nos percursos formativos de futuros profissionais e de formação continuada para aqueles que já atuam, a fim de que possam compreender e atuar nesse segmento de pessoas e/ou aos seus familiares, que também podem necessitar de orientação. Por conseguinte, o acolhimento e atendimento dispensados nos serviços de saúde a pessoas travestis, mulheres e homens (transexuais), sem preconceitos, discriminação e pré-julgamentos sobre o modo como ela(s) deveriam ser e/ou estar, além de promoverem a transformação das relações sociais pautada na horizontalidade, podem colaborar para a efetividade e equidade do SUS.

Por fim, podemos apontar que as representações sociais podem ser utilizadas como referencial teórico no empreendimento de explorações futuras, em virtude de permitirem saber como os indivíduos representam a pessoa travesti, condição essencial para compreender as principais demandas desse segmento populacional. A partir daí, teremos a possibilidade de perceber, ao longo do tempo, se ocorreram modificações ou deslocamentos dessas representações e, então, funcionarmos como agente de mudanças nas práticas, contribuindo para a sistematização da assistência capaz de abranger a integralidade.

Referências

ABRIC, J.-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 2000. p. 27-38.

ABRIC, J.-C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003. p. 37-57.

ALEXANDRE, M. O saber popular e sua influência na construção das representações sociais. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 161-171, 2000.

ALMEIDA FILHO, N. *Universidade nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; Salvador: EdUFBA, 2007.

AYRES, J. R.; PAIVA, V.; BUCHALLA, C. M. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Org.). *Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2012. Livro 1, p. 9-22.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. II.

BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. Apresentação. In: PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p.17-23.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BENTO, B. *Transviadas: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EdUFBA, 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOULEVARD, G. Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Toda palavra, 2013. p. 69-81.

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Travestis ganham campanha contra aids e preconceito*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2JhiXNs>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Campanha: Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2xlQdyh>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n o 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59-62. Disponível em: <<https://bit.ly/2oZpTyq>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del 'sexo'*. Barcelona: Paidós, 2005.
- CABRAL, V.; SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Espaço e morte nas representações sociais de travestis. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Curitiba: Toda Palavra, 2013. p. 271-304.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2si9TOP>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota técnica sobre processo transsexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2JfjsaM>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- CONNELL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.
- CUCHE, D. *O conceito de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DESCHAMPS, J.-C.; MOLINER, P. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GEISLER, A.; MARTINS, A. P. A. Do “ultraje público” à potência dos corpos “obscenos”: o direito (penal) na perspectiva queer. In: GEISLER, A. R. R. (Org.). *Protagonismo trans*: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade*. Niterói: Alternativa, 2015. p. 145-164.
- JESUÍNO, J. C. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. 2. ed. Brasília, DF: Technopolitik, 2014. p. 42-75.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.
- JODELET, D. Experiência e representações sociais. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (Org.). *Experiência e representação e social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 23-56.
- JODELET, D. Recentes desenvolvimentos da noção de representações nas ciências sociais. In: ALMEIDA, A. M. O.; JODELET, D. *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília, DF: Thesaurus, 2009. p.105-122.
- LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.
- LIMA, F. Biotecnologias, modos de subjetivação e práticas de si nos processos de hormonização entre homens transexuais. In: LIMA, F. *Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação - textos reunidos*. 2. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. p. 111-130.
- LOPES, S. H. S. S. Corpo, metamorfose e identidades: de Alan a Elisa Star. In: LEAL, O. F. *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995. p. 227-231.
- MATÃO, M. E. L. et al. *Representações da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de*

enfermagem e de medicina. *Revista Baiana Saúde Pública*, Salvador, v. 34, n. 1, p. 101-118, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2snzfdp>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MOREIRA, A. S. P.; SOUZA FILHO, E. A. Representações sociais da epilepsia: como me percebo...como sou percebido. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 203-222.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, D. et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. et al (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2005. p. 573-603.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode Alceste aux “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “Cable Gate” avec Iramuteq. In: JOURNEES INTERNATIONALES D’ANALYSE STATISTIQUE DES DONNEES TEXTUELLES, 11., 2012, Liège. *Actes...* Liège: JADT, 2012. p. 835-844.

REIS, A. O. A. et al. Desvelando o programa EVOC2000. In: REIS, A. O. A.; SARUBBI JÚNIOR, V.; BERTOLINO NETO, M. M.; ROLIM NETO, M. L.; (Org.). *Tecnologias computacionais para o auxílio em pesquisa qualitativa - software EVOC*. São Paulo: Schoba, 2013. p. 41-95.

ROCHA, R. M. G.; PEREIRA, D. L.; DIAS, T. M. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p.554-565, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2IY3x15>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SÁ, C. P. Teoria e pesquisa do núcleo central das representações sociais. In: SÁ, C. P. *Estudos de psicologia social: história, comportamento,*

representações e memória. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015. p. 209-226.

SIMPSON, K. Travestis: entre a atração e aversão. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 109-117.

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-15.

TEIXEIRA, C. F. S.; COELHO, M. T. Á. D.; ROCHA, M. N. D. Bacharelado interdisciplinar: uma proposta inovadora na educação superior em saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1635-1646, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2JdKH5E>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares*. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2kAS6oR>>. Acesso em: 29 maio 2018.

VERGÈS, P. *Ensemble de programmes permettant l’analyse des évocations. Manuel d’utilisateur*. Aix-en-Provence: Université Aix-en-Provence, 2003.

VERGUEIRO, V. Reflexões autoetnográficas trans* sobre saúde: invisibilizações e marginalizações sistêmicas, e resistências à patologização e normatização das diversidades de gênero. In: GEISLER, A. R. R. (Org.). *Protagonismo trans**: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói: Alternativa, 2015. p. 106-133.

Contribuição dos autores

Porcino, Coelho e Oliveira participaram da concepção do estudo e revisão final do artigo. Porcino realizou a coleta e análise dos dados e redação do manuscrito.

Recebido: 15/09/2016

Reapresentado: 19/11/2017

Aprovado: 28/03/2018